

A EXPANSÃO DA ESCRITA E O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Maria de Fátima Ramos de Andrade

Professora da Universidade Municipal de São Caetano
do Sul/USCS

Pós-doutoranda da Fundação Carlos Chagas/FCC

mfrda@uol.com.br

Maria Antonia Ramos Azevedo

Professora na área de Didática do Departamento de
Educação da UNESP/Rio Claro

Pós-doutoranda em Pedagogia Universitária da
UNISINOS

razevedo@rc.unesp.br

Resumo

Este texto é parte de uma pesquisa desenvolvida no programa de Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O objetivo do texto que deu origem a este trabalho foi o de investigar e analisar alguns aspectos do processo de alfabetização, considerando a expansão da escrita no contexto cultural atual. Afirmar que a nossa cultura está em expansão é compreendê-la como um texto estruturado em sistemas dialógicos, processuais, constituído por linguagens de diferentes codificações. É dentro dessa perspectiva – escrita em expansão – que repensamos o conceito de alfabetização, identificando alguns de seus elementos constituintes.

Palavras-chave: cultura; escrita; alfabetização

THE EXPANSION OF WRITING AND THE CONCEPT OF ALPHABETIZATION

Abstract

This paper is an extract of a research performed at the Communication and Semiotics Programme at Catholic University of Sao Paulo, Brazil. The objective was to investigate and analyze some aspects of the alphabetization process, considering the expansion of writing, in the present day scenario. The statement that our culture is in expansion is to comprehend it as a text structured as a dialogic systems, build from different languages and codifications. It is from such perspective – expansion of writing – that the concept of alphabetization is reframed, identifying various of its constituents elements.

Keywords: culture; writing; alphabetization

Introdução

Por viver muitos anos dentro do mato
moda ave
O menino pegou um olhar de pássaro –
Contraíu visão fontana.
Por forma que ele enxergava as coisas
por igual
como pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
Pedra não era ainda a palavra pedra.
E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
podiam ficar em qualquer posição.
Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
E, se quisesse caber em uma abelha, era
só abrir a palavra abelha e entrar dentro
dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros

O poema de Manoel Barros leva-nos a refletir sobre a linguagem. Seria possível pensar as coisas todas inominadas, despidas de palavras? Seria possível pensar as palavras “livres de gramáticas” e podendo ficar em qualquer relação? O eu que fala no poema, menino, imaginou e se lançou: pegou um olhar de pássaro e contraiu visão fontana ... Visão poética.

Octavio Paz, em seu livro *Signos em Rotação* (2003), no capítulo “Consagração do instante”, fala da construção poética:

O que caracteriza o poema é sua necessária dependência da palavra tanto como sua luta por transcendê-la. (...) O poema, ser de palavras, vai mais além das palavras e a história não esgota o sentido do poema; mas o poema não teria sentido – e nem sequer existência – sem a história, sem a comunidade que o alimenta e a qual alimenta (PAZ, 2003, p.52).

O que parece significativo é que Octavio Paz, além de falar da construção poética, também nos faz refletir sobre o contexto no qual vive o poeta, ou seja, o lugar da “criação” poética. Esse lugar é a nossa cultura, nosso grande texto. Um texto tecido pela linguagem: pelos signos, pelos códigos semióticos, pelas mediações, pelas conexões. A palavra texto, etimologicamente, significa tecido; conjunto de fios entrelaçados, formando trama. Texto como tecido é antes a ação de combinar, de engendrar, de construir relações.

Dentre os muitos estudos sobre o conceito de texto - Barthes (1988), Lotman (1996) e Fiorin (2003) – vamos destacar aqui as contribuições de Mikhail Bakhtin. Em seu livro, *Estética da criação verbal* (2003), o autor afirma que todos os campos da atividade humana estão relacionados com o uso da linguagem. Falar em texto é pensar em linguagem, ou seja, “por trás de cada texto está o sistema de linguagem” (Bakhtin, 2003, p.309). Todo o texto pressupõe um sistema de signos, uma linguagem convencional. Os diferentes usos da linguagem variam conforme os campos da atividade humana e, o emprego da língua se dá por meio de enunciados que refletem as condições específicas de cada campo. Segundo o autor, “cada campo. de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2003, p.262)-, os gêneros do discurso, como denomina, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias.

As formas representativas do mundo cotidiano e prosaico servem de referência para a constituição dos gêneros discursivos. Há uma variedade imensa de gêneros do discurso (orais e escritos). Apesar dessa variedade, é importante perceber a diferença essencial entre os gêneros primários (simples) e os gêneros secundários (complexos).

Os gêneros primários – simples - referem-se ao cotidiano imediato, usados na comunicação interpessoal, nos diálogos cotidianos. Referem-se

às situações cotidianas, familiares, etc. Os gêneros secundários – complexos – geralmente são produzidos em forma escrita e se distanciam da situação imediata de produção. Eles se apoderam de diversos gêneros primários e os transformam; fazem parte de um contexto cultural mais complexo. São eles: o discurso científico, o discurso ideológico, o romance, o teatro, etc. Os gêneros secundários originam-se dos gêneros primários e, por sua vez, os influenciam. Ambos são formas que mobilizam as relações dialógicas; são dados na cultura e se inter-relacionam.

O fato de os gêneros estarem relacionados às variadas situações de comunicação possibilita o surgimento de novos gêneros discursivos, em função das novas situações de interação humana. Machado (2002a), em *Gêneros no contexto digital*, mostra a importância de retomarmos a idéia de gênero de Bakhtin para o conjunto da comunicação mediada por processos eletrônico-digitais. Para isso, repensa o conceito de gêneros em meio à explosão dos sistemas de escrita, sem perder de vista que as mídias eletrônico-digitais são linguagens: são formas de comunicação mediada. Nesse sentido, é importante perceber que as transmissões não são feitas apenas com a palavra oral ou escrita pois, “imagens em movimento e um complexo campo de linguagens artificiais mobilizam infinitas interações, comunicativas imprimindo na cultura um hibridismo inusitado (...) esse hibridismo que é a cultura não só de meios, mas de múltiplas mediações” (MACHADO, 2002, p.71).

Como a textualidade tem sido concebida apenas como organização verbal, pouco tem sido percebido da expansão da escrita e de seus produtos; não se entende o texto como a combinatória de diferentes códigos: um produto híbrido. Um produto em aberto, em expansão, sendo tecido. Logo, é necessário “um olhar” mais atencioso para o movimento dos gêneros na cultura contemporânea (MACHADO, 1999).

A compreensão da expansão da escrita exige que olhemos a nossa cultura como um conjunto de sistemas semióticos. Esses sistemas foram se constituindo num processo de modelização. Modelizar “é construir sistemas de signos a partir do modelo de língua natural. Contudo, cada sistema desenvolve uma forma peculiar de linguagem e, no processo de decodificação do sistema modelizante não se volta para o modelo de língua, mas para o sistema que a partir dela foi construído” (MACHADO, 2003, p. 51). Nesse sentido, concebemos a nossa cultura como uma grande rede, tecida pelos sistemas que estamos construindo. É nesse contexto que “enxergamos” a escrita num processo de expansão.

Além dos conceitos de linguagem e de escrita, esse processo de expansão obriga a repensar o conceito de alfabetização. O que significa ser alfabetizado no contexto atual? Para iniciar essa discussão, vale historicizar os processos comunicacionais a partir da escrita, ou seja, conhecer/compreender o processo de expansão da escrita.

A escrita

Difícilimo acto é o de escrever, responsabilidade das maiores, basta pensar no extenuante trabalho que será dispor por ordem temporal os acontecimentos, primeiro este, depois aquele, ou, se tal mais convém às necessidades do efeito, o sucesso de hoje posto antes do episódio de ontem, e outras não menos arriscadas acrobacias, o passado como se estivesse sido agora, o presente como um contínuo sem princípio nem fim, mas, por muito que se esforcem os autores, uma habilidade não podem cometer, pôr por escrito, no mesmo tempo, dois casos no mesmo acontecimento. Há quem julgue que a dificuldade fica resolvida dividindo a página em duas colunas, lado a lado, mas ardil é ingênuo, porque primeiro se escreveu uma e só depois a outra, sem esquecer que o leitor terá de ler primeiro esta e depois aquela, ou vice-versa, quem está bem são os cantores de ópera, cada um com sua parte nos concertantes, três quatro cinco seis entre tenores baixos sopranos e barítonos, todos a cantar palavras diferentes, por exemplo, o cínico escarnecendo, a ingênuo suplicando, o galã tardado em acudir, ao espectador o que interessa é a música, já ao leitor não é assim, quer tudo explicado, sílaba por sílaba é uma após a outra, como aqui se mostram ... (SARAMAGO, 1980, p. 26).

Nas primeiras páginas do livro *A jangada de pedra*, o personagem-narrador de Saramago confessa a sua dificuldade em contar os fatos e as histórias que motivaram a narrativa que inicia. Saramago, por meio de sua personagem, discute a quase impossibilidade de dispor, por ordem temporal, os acontecimentos: primeiro um, depois o outro... Um fato colocado antes de outro. O uso da pontuação, no texto, é exemplar para a apresentação dessa dificuldade. Compartilho dessa sensação: Como escrever a história da escrita?

Ao situarmos determinado sistema – a escrita – no contexto cultural, temos de considerar como ele se constituiu, ou seja, que elementos, no contexto histórico, permitiram a sua elaboração.

Vários dispositivos de registro – uma vara entalhada, fileiras de seixos, calendários de “contagem de inverno”, etc. – foram usados por várias sociedades para memorizar fatos, situações, etc. No entanto, a escrita é mais do que um auxílio mnemônico: “um registro escrito, no sentido de uma escrita genuína, tal como entendido aqui, não consiste em meros desenhos, em representações de coisas, é a representação de uma elocução, de palavras que alguém diz ou se imagina que diz” (ONG, 1998, p. 99).

A escrita entendida como qualquer marca semiótica, visível, perceptível, banaliza seu significado. Segundo Ong (1998), a escrita é a

tecnologia que moldou e capacitou a atividade intelectual do homem moderno. Dizer que é uma tecnologia é trabalhar com a idéia de que ela se constituiu a partir de regras conscientemente pensadas/ planejadas e inter-relacionadas: um sistema convencional.

A escrita - tecnologia que interiorizada potencializou nossa consciência - ocorreu tardiamente na história da humanidade. O homo sapiens está no planeta talvez há cerca de 50 mil anos; o primeiro registro escrito que conhecemos foi desenvolvido entre os sumérios por volta do ano 3500 a C. (ONG, 1998).

Como lembrar determinados fatos por muito tempo? Como registrar que um determinado número de bois pertencia a uma determinada família? Um sinal mnemônico poderia ser usado para dizer ao leitor quantos bois estavam em jogo ou quem era seu dono. O criador das primeiras tabuletas escritas deve ter percebido as vantagens que essas peças de argila propiciavam: não era mais preciso memorizar todas as informações; a presença de quem fazia o registro não era mais necessária. Logo, uma informação, um número, uma notícia poderiam ser obtidos mesmo sem que o informante estivesse presente (MANGUEL, 2002).

Os sistemas de escrita “têm antecedentes complexos” (ONG, 1998, p.101); segundo o autor, na sua maioria ou na quase totalidade, os sistemas de escrita direta ou indiretamente remontam a alguma espécie de escrita pictórica ou de uma forma mais elementar ao uso de sinais.

A fase pictográfica “se distingue pela escrita através de desenhos ou pictogramas. Estes aparecem em inscrições antigas, mas podem ser vistos de maneira mais elaborada nos cantos Ojibwa da América do Norte, na escrita asteca (...) e mais recentemente nas histórias em quadrinhos” (CAGLIARI, 1990, p. 106). Os pictogramas não representam os sons, mas a imagem do que se pretende representar.

A fase ideográfica se caracteriza pela escrita através de desenhos chamados ideogramas. Este sistema - o ideograma - é uma espécie de pictograma no qual o significado é um conceito que resulta da combinação de figuras representadas pelo desenho. O desenho de uma árvore, nos pictogramas, representa uma árvore. Já no pictograma chinês, um desenho estilizado de duas árvores não representa “duas árvores”, mas a palavra floresta. Lembramos que todos os sistemas pictográficos, como no caso dos ideogramas chineses, exigem uma quantidade enorme de símbolos (ONG, 1998).

O mais antigo sistema de escrita que conhecemos por meio de documentos é a escrita cuneiforme. Os cuneiformes são sinais gráficos traçados nas tabuletas de argila, por meio de um instrumento de metal; na sua maioria, são sinais silábicos. Por exemplo, a palavra discórdia, que antes era representada por duas mulheres brigando (representação ideográfica da ideia), passa a ser representada por uma corda e, finalmente, por um disco e uma corda (disco mais corda). O desenho é dos sons, a representação passa a ser dos sons e não mais do significado.

É necessário esclarecer que a escrita suméria não nasceu cuneiforme; “foi progressivamente, no decorrer de um longo período milenar, que a escrita suméria evoluiu para se tornar verdadeiramente cuneiforme por seu aspecto exterior e meio analítico, meio fonética por seu mecanismo interno” (HIGOUNET, 2003, p. 31).

Os caracteres do sistema ideográfico podem ser usados para representar sílabas, adquirindo, assim, um caráter fonográfico. Com isso, esses sistemas de escrita são chamados silábicos, pois visam representar sílabas.

Para Havelock (1994), o sistema silábico partiu do princípio de que cada um dos sons efetivamente pronunciáveis em separado, numa língua dada, poderia ser simbolizado.

A escrita egípcia foi um dos mais importantes sistemas de escrita do mundo antigo. “Sob sua forma mais característica e mais antiga, é chamada escrita hieroglífica. Os hieróglifos eram sinais gravados (do grego hieros, “sagrado”, e glyphein, “gravar”) que os egípcios consideravam ser a fala dos deuses” (HIGOUNET, 2003, p. 37).

Os hierógrafos comumente são gravados em pedra. Porém, há registros de caracteres, chamados de hierógrafos lineares, pintados a tinta em sarcófagos ou em papiro. Apesar de seu aspecto – próximo ao desenho – ter caráter decorativo, seu mecanismo interno é bastante complicado, pois os sinais ora exprimiam uma palavra, ora um som (HIGOUNET, 2003).

A fase alfabética se caracteriza pelo uso de letras. O alfabeto pode ser definido como um conjunto de sinais que representam os sons individuais de uma língua. Os gregos desenvolveram o alfabeto a partir da representação silábica herdada do povo semítico ocidental. Segundo Higounet (2003), “o elo mais seguro da pré-história do alfabeto é a escrita pseudo-hieroglífica das inscrições de Biblos, descoberta por M. Dunnand e decifrada por E. Dhorne” (p.60). É esse registro que contém os rudimentos gráficos da escrita alfabética de que nos servimos até hoje.

Apesar de os fenícios terem reduzido de forma drástica o número dos signos a vinte e dois, “ao custo de ligar um signo a vários sons lingüísticos e deixar ao leitor a responsabilidade da escolha correta” (HAVELOCK, 1994, p. 66). Foram os gregos os responsáveis pelo passo decisivo para as modificações/criações que a escrita sofreu: um sistema com menos símbolos, o que possibilitou uma maior combinatória no sistema de caracteres na escrita. Para Havelock (1994, p. 81), os gregos não só inventaram o alfabeto, como também “a cultura letrada e a base letrada do pensamento moderno”.

Os sistemas silábicos buscavam representar os sons da fala; tratavam de dar forma às unidades fônicas. Os gregos perceberam que essa prática empirista poderia significar uma quantidade de signos inviável para uma leitura mais diferenciada. Diante desses obstáculos, consideraram a possibilidade de um signo representar uma “mera

consoante, um som que, por assim dizer, não existe na natureza, mas só no pensamento” (HAVELOCK, 1994, p. 94). Tomaram emprestado o silabário fenício e decidiram restringir a função da maioria dos signos à simbolização de não-sons.

Os sistemas anteriores buscavam imitar a fala; os gregos foram além, visaram “analisar a unidade lingüística em dois de seus componentes teóricos, a vibração da coluna de ar e a ação da boca sobre essa vibração”... O sistema grego conseguiu isolar esse não-som e dar-lhe sua própria identidade conceitual, na forma do que chamamos uma “consoante” (HAVELOCK, 1994, p. 80). Para eles, a escrita alfabética exige uma análise da forma lingüística ainda mais abstrata, uma vez que é necessário detectar, na seqüência sonora da palavra, cada uma dessas unidades mínimas – os fonemas – e associá-las à unidade gráfica – a letra – que a representa, o que não é tão fácil quanto possa parecer.

O alfabeto passou por transformações antes que tomasse a forma que conhecemos atualmente. É claro que essas transformações foram lentas: “o hábito oral persistiria, e continuaria a ser eficaz num grau variável, mesmo no caso daqueles autores que qualificaríamos de escritores” (HAVELOCK, 1994, p. 142).

Como sabemos, atualmente, nós damos como certo que os registros escritos têm mais força do que os falados, especialmente em tribunais. Culturas antigas, mesmo conhecendo a escrita apostavam na oralidade. O grau de crédito da escrita dependeu de cultura para cultura. Para Clanchy (ONG, 1998, p.112), “os documentos não inspiram confiança imediatamente”. Por exemplo, os documentos escritos que comprovavam as idades de herdeiros feudais eram colocados em segundo plano em detrimento do testemunho oral.

É importante salientar que a expressão oral pôde existir independentemente da escrita. Contrariamente, a escrita se constituiu no contexto da oralidade; ela foi criada em contextos nos quais a oralidade estava presente. De todas as línguas faladas, apenas 106 estiveram submetidas à escrita. Dessa forma, para se compreender o que a escrita representa se torna essencial ter uma clara compreensão do papel da oralidade em diferentes sociedades (ONG, 1998).

Apesar de serem sistemas/culturas – fala e escrita – distintos, devemos visualizá-los como sistemas que se conectam, entrelaçados e fazem parte de um grande texto que é a nossa cultura. Como se sabe, mudanças na psique e na cultura estão relacionadas com a passagem da oralidade para a escrita. Porém, é importante que se diga que a escrita não foi a única causadora dessas transformações. Aliás, o que temos é uma correlação entre os dois sistemas.

A escrita separa o leitor/quem quer conhecer/ do escritor/quem escreveu o texto. Com isso, estabelece condições para a “objetividade”, no sentido de um desprendimento ou distanciamento individual. Isso não acontece nas culturas orais, pois elas usam conceitos “dentro de quadros de referência situacionais, operacionais, que possuem um mínimo de

abstração, que ocorrem próximos ao mundo cotidiano do ser humano” (ONG, 1998, p. 61).

A escrita não só se especializou para proporcionar uma leitura eficiente, mas também foi sofrendo e provocando mudanças nas mentalidades dos povos letrados, de acordo com os interesses dos diversos grupos sociais: registrar propriedades, idéias, conhecimentos, etc. Como todo instrumento criado pelo homem, a escrita interferiu na forma de organizar o pensamento, nas relações sociais, nas condições políticas, econômicas e culturais, ou seja, o homem modificou a realidade por meio de sua criação e é por ela modificado.

Foram muitos e diversificados os materiais que serviram de suporte às escritas: pedra, ardósia, tijolo, cacos de cerâmica, o mármore, folhas de palmeira, tela, peles de animais, etc. Até chegar ao papiro, pergaminho e o papel. É interessante observar que, dependendo do material que estava sendo utilizado, era possível traçado diferente. O uso de materiais mais moles e perecíveis – madeira, casca de árvores, folhas de palmeira, seda, etc. – possibilitou uma escrita mais livre e mais cursiva.

Além dos materiais utilizados para o registro da escrita, devemos também lembrar os instrumentos que serviram para o registro da escrita: cinzel, estilete, junco, giz, carvão, pincel, pena, grafite, tinta, etc. Segundo Higounet (2003), o material utilizado para escrita teve igualmente uma importância na variação das formas gráficas. Para o autor:

(...) os caracteres das escritas dependem, portanto, desses materiais e instrumentos. Mas para compreendê-los é preciso atentar também para a psicologia dos povos e para os costumes e gestos dos escribas. A esse respeito, temos poucas informações sobre as grandes escritas antigas (HIGOUNET, 2003, p.21).

Historicizando essas observações, lembramos que a escrita chinesa, até o século II a C., era essencialmente feita por meio de inscrição em materiais duros como o bronze e a pedra e, com isso, seus caracteres eram mais difíceis de traçar. Com o uso do pincel, de nanquim e do papel (século I a C.), o processo de escrita ganha mais agilidade e simplificação de suas formas.

Assim, podemos afirmar que a escrita, especialmente a alfabética, é uma tecnologia que exige ferramentas: lápis, caneta, superfícies cuidadosamente preparadas. É uma tecnologia que passou e passa por um processo de expansão e que depende das disponibilidades e condições oferecidas no ambiente. Como vimos, dependendo dos suportes, dos instrumentos utilizados, a escrita foi assumindo determinado estado, ou seja, ela foi e tem sido resultado da ação do homem no meio e daquilo que o meio pode disponibilizar.

Antes da invenção da imprensa, a escrita tinha sua divulgação limitada, pois era feita à mão. Copiar levava muito tempo e os

instrumentos eram muito rudimentares. Logo, o número de pessoas que lia e escrevia era bastante restrito. Por isso, a cultura manuscrita não conseguiu divulgar o conhecimento em larga escala, como ocorreu na era Gutenberg.

Os registros do homem estiveram sempre relacionados às condições vivenciadas pelos indivíduos nas diferentes épocas. Assim, desde o início dos tempos, as inovações e rupturas referentes aos suportes, aos materiais usados pelo homem, para uma comunicação de maior alcance, foram se modificando. Para escrever, é necessário o uso de algum suporte e de instrumentos para se fazerem marcas ou incisões. A pedra, as tabuletas de argila, a madeira, as peles de animais, o papiro, o pergaminho, o papel, etc. serviram de suporte para a escrita.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoava a escrita, também se buscavam outros suportes/meios para seu registro. O livro impresso levou muito tempo para ser difundido. Foi ele o primeiro produto cultural de consumo de massa ao constituir, em si mesmo, uma forma especializada de comunicação e de espacialização do pensamento: “A palavra impressa foi a primeira coisa produzida em massa, foi também o primeiro “bem” ou “artigo de comércio” a repetir-se ou reproduzir-se uniformemente” (McLUHAN, 1977, p. 177).

Da mesma forma que as escritas – alfabéticas ou pictográficas – foram registradas em diferentes suportes, as escritas contemporâneas também; é como espero explorá-las ao longo desse trabalho.

Para Ferreiro (2005), é bastante positiva a investigação atual que se afasta das versões tradicionais da história da escrita, que consideram a alfabética como o único sistema que “acumula todas as virtudes sem nenhum defeito: simples, econômico, preciso, o alfabeto nos levaria pela mão rumo à alfabetização universal, ao pensamento racional, à ciência contemporânea... e à democracia” (p.72).

Compartilho dessa perspectiva de entender a história da escrita, ou seja, de perceber que a escrita alfabética, assim como outros sistemas de escrita, deve ser estudada por si mesma, em vez de considerá-la em função do ideal da escrita alfabética (FERREIRO, 2005).

O processo de alfabetização

A linguagem oral é completamente natural aos seres humanos. Qualquer criança, desde que disponha de condições biológicas adequadas, é capaz de aprender a falar, em qualquer cultura. A criança que se inicia na alfabetização já é um falante capaz de entender e falar a língua portuguesa com desembaraço e precisão nas circunstâncias de sua vida em que precisa usar a linguagem. O mesmo não acontece com a escrita.

Apesar de vivermos em contextos completamente alfabetizados nos quais a escrita é constantemente colocada sob nossos olhos, a sua

aprendizagem requer ensino. A escrita constitui uma codificação da linguagem oral, única forma da língua que é “natural”, no sentido de que sua utilização, na produção do discurso, não requer nenhum procedimento de instrução ou educação.

Ao analisar a construção da escrita pela criança, Vygotsky (1994) considera que ela pode desenvolver a linguagem falada por si mesma, mas a linguagem escrita exige um treinamento artificial. Segundo o autor, “tal treinamento requer atenção e esforços enormes, por parte do professor e do aluno” (p. 140). Nesse aprendizado “a escrita deve ter significado para as crianças, de que uma necessidade intrínseca deve ser despertada nelas e a escrita deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida” (p.156).

Ao refletir sobre a escrita, Vygotsky (1994) assumiu uma abordagem genética, ou seja, interessou-se pelo processo de sua aquisição, o qual se inicia muito antes da criança entrar na escola. Esse processo passa pela compreensão de que a escrita é um sistema de signos que não tem significado em si. Para o autor, a aprendizagem da língua escrita não é uma questão de memorização de um código, mas a compreensão de que a escrita é como um sistema de representação da realidade.

Do grupo de Vygotsky, Luria foi um de seus colaboradores que desenvolveu estudos experimentais sobre o desenvolvimento da escrita. Ao investigar como a criança constrói a escrita, antes de iniciar o seu processo de alfabetização na escola, Luria (1986) afirmou que, inicialmente, a criança usa a escrita de forma puramente externa, intuitiva, não como instrumento para recordar, para representar algum significado. Não há escrita, mas simples rabiscos. “A conexão entre rabiscos da criança e a idéia que pretendem representar é puramente externa” (p.150).

De acordo com esse autor, o período em que a criança começa a rascunhar seus primeiros traços na escola não corresponde ao primeiro estágio do desenvolvimento da escrita. Ao entrar na escola, a criança já possui um rol de habilidades e destrezas que lhe permitirá aprender a escrever. A gênese desse processo remonta a momentos anteriores aos quais ele denomina “pré-história do desenvolvimento das formas superiores do desenvolvimento infantil”.

Num estágio posterior, a criança começa a dispor de seus rabiscos em um padrão ao qual associa sentenças ou palavras que lhe são sugeridas. Seus rabiscos passam a significar alguma coisa e cumprem uma função mnemônica, de auxiliar a memória. Luria mostrou que o ato precede a compreensão, ou seja, antes que a criança compreendesse o sentido e o mecanismo da escrita, ela já efetuou inúmeras tentativas para elaborar métodos primitivos. Estes são, para ela, a pré-história de sua escrita, ou seja, o percurso gradual diferenciado dos símbolos usados por ela.

Tanto para Luria como para Vygotsky, a escrita é uma atividade sociocultural fundamental que, depois de assimilada, transforma as funções psíquicas superioresⁱ. É um instrumento que funciona como suporte para certas ações psicológicas; a escrita possibilita a ampliação da

capacidade da memória, transmissão e recuperação de idéias, conceitos e informações. É um sistema simbólico que tem papel mediador na relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, à luz da teoria construtivista – analisando as interpretações que as crianças dão à escrita – chegaram a algumas conclusões quanto ao processo por meio do qual se dá a alfabetização. Essa teoria vê a criança como sujeito da sua aprendizagem, ou seja, como alguém que procura ativamente compreender o mundo que a rodeia e tenta resolver as questões desse mundo. O aprendiz da língua aprende-a pela inserção no mundo da escrita real, existente em seu contexto social.

A psicogêneseⁱⁱ da língua escrita tem mostrado que o processo de alfabetização tem início antes do contato da criança com a 1ª série. Através de revistas, jornais, cartazes, rótulos, televisão, etc., a linguagem escrita já chamou a atenção da criança, em maior ou menor grau. Esses contatos com o material escrito levam-na a formular hipóteses sobre a escrita e a leitura. Esse processo evolui e muda com a idade, sendo difícil estabelecer uma relação direta entre o ensino sistemático (escolar) e essa evolução. De acordo com Ferreiro (1991), “os sistemas de escrita são produtos culturais da sociedade” e a alfabetização representa o processo de apropriação, pelo aluno, de um conhecimento específico, ou seja, representa a reconstrução do código lingüístico, entendendo-se essa reconstrução como a compreensão do funcionamento desse código. Essa compreensão é algo mais abrangente que a simples codificação e decodificação da linguagem. Não apenas “a posse individual de habilidades e conhecimentos; implica também, e talvez principalmente, em um conjunto de práticas sociais associadas com a leitura e a escrita, efetivamente exercidas pelas pessoas em um contexto social específico” (SOARES, 2003, p. 33).

Nessa concepção de alfabetização, a leitura é vista como um processo de descoberta, atribuição de sentidos e de significados, os quais deverão ser construídos socialmente, o que implica estabelecer um diálogo não só com o texto, mas também com o autor e com outros leitores. É uma atividade que possibilita ao sujeito ter acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade e, ao mesmo tempo, amplia sua compreensão da realidade. Logo, é uma ação essencial para uma participação consciente do sujeito na realidade histórico-social.

O enfoque teórico que norteia o conceito de alfabetização que se defende nesse trabalho baseia-se numa visão construtivistaⁱⁱⁱ. Assim, a alfabetização não é um estado, mas um processo. Ele tem início desde que nascemos e não termina nunca. A criança, durante seus primeiros anos de vida, encontra-se em interação com diferentes sujeitos – adultos e outras crianças – o que vai lhe permitindo atribuir significados a diferentes ações, diálogos e vivências. Ela não recebe a língua pronta, para ser usada; ela a constrói em uso; é nela e através dela que se comunica, se constitui, se transforma, e transforma a própria língua. Segundo Bakhtin (1995, p. 108), “os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles

penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar”.

Nós não somos igualmente alfabetizados para qualquer situação de uso da língua escrita. Temos mais facilidade para ler determinados textos e evitamos outros. O conceito também muda de acordo com as épocas, as culturas e a chegada da tecnologia. O mundo contemporâneo, permeado por linguagens diversas, tem exigido uma alfabetização que não considere apenas a leitura da escrita. Hoje, faz-se necessário buscar caminhos, elementos, estratégias que possibilitem ler diferentes textos: verbais, visuais, audiovisuais ...

Sabemos que a escrita e a leitura são objetos culturais bastante valorizados na sociedade atual e que a escola se propõe a trabalhá-los, pois grande parte das informações, reflexões e discussões sobre a realidade são veiculadas através da escrita. Porém, também sabemos que muitas informações estão sendo transmitidas por outros sistemas e que, diferentemente do que acontece com a escrita e a leitura da palavra, são pouco trabalhados/conhecidos.

Enquanto instrumentos de natureza simbólica, a escrita e os meios de comunicação e informação são potenciais mediadores das relações entre sujeito e objeto de conhecimento e, “portanto, possíveis elementos constitutivos das modalidades de funcionamento psicológico” (OLIVEIRA, 1998, p.80) do sujeito.

Escrita em expansão: o conceito de alfabetização

Para compreender que a escrita sofre um processo de expansão é necessário enxergar que esse fato é consequência da maneira como a nossa cultura vem-se constituindo. Entendida como grande texto, a cultura é constituída por diversos sistemas semióticos, interconectados, em constante diálogo, num crescente processo de experimentação, transformação e expansão. Logo, cultura é algo vivo: um eterno acontecer. Para o pesquisador Geertz (1989), a cultura é vista como um texto portador de sentidos/ significados que deve ser resgatado pela interpretação. Para ele, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p.15).

É dentro dessa estrutura aberta – grande texto –, tecida pela ação do homem, que a cultura escrita vem assumindo diferentes feições: manuscrita, impressa, eletrônica. Podemos dizer que a escrita em expansão corre por duas dimensões: por campo de cobertura e por campo

de sentidos. A expansão da escrita por campo de cobertura – escrita tipográfica, eletrônica - tem sido, nos últimos tempos, muito maior do que a expansão por campo de sentido, ou seja, a escrita está espalhada em muitos suportes e sendo divulgada para diferentes lugares, mesmo que não tenhamos condições de atribuir a ela sentidos mais consistentes: desconhecemos como ela vem-se organizando, se estruturando. Ainda, exemplificando, podemos perceber a escrita em expansão, quando ela se dissipa nos aparelhos (televisão, Internet, etc.) que permitiram sua disseminação e expansão por cobertura. Como sabemos, a velocidade dos deslocamentos é avassaladora. Logo, se pretendemos ter alguma influência sobre nossa próxima escala, é bom avançarmos no campo dos sentidos.

Já a expansão por sentido correria tanto no momento da interpretação do que se comunica/divulga, como no processo de emissão do que se pretende comunicar. Assim, a expansão por sentido pode ser definida como o próprio ato de comunicação. É importante que se diga que comunicação deve ser entendida como um processo no qual as pessoas almejam a construção de significados partilhados; não é apenas transmissão de informação, mas um processo de interpretação.

Essas duas dimensões – sentido e cobertura – vêm apresentando um crescimento desproporcional, ou seja, a expansão por sentidos não consegue acompanhar a expansão por cobertura.

Machado (1996), ao discutir a expansão da escrita no confronto de múltiplas escrituras, já apontava a necessidade de se repensar o conceito de alfabetização, considerando o desenvolvimento da escrita eletrônica. Parece-me que a pesquisadora já estava atenta ao avanço de cobertura que as tecnologias propiciavam e, com isso, à importância de ampliarmos nossa competência textual: campo de sentidos.

Para Machado (1996), a criança, antes de ir para escola, já presenciou na rua ou na televisão “palavras em movimento, progredindo em diversas e com diversas infinitos padrões gráficos; palavras e frases, textos em expansão”. Logo, o processo de alfabetização “não é mera sopa de letrinhas, mas assimilação e desenvolvimento de competências textuais” (p.52). O desenvolvimento de competências para a construção de significados/sentidos partilhados pressupõe o desenvolvimento da capacidade metalingüística da produção da linguagem, ou seja, a percepção das possíveis traduções entre os sistemas semióticos. Quando os sistemas entram em conexão, eles não se anulam, mas se reelaboram, se expandem: co-evoluem.

O entendimento da dinâmica cultural pressupõe o conhecimento dessas conexões, traduções, enfim, do processo de experimentação. É por meio dessa competência/conhecimento textual que iremos avançar no campo dos sentidos.

Parece-me que ainda estamos distantes de um ensino que considere a expansão da escrita. Apesar de a escola se propor a alfabetizar, ela o faz privilegiando uma modalidade da escrita: a alfabética. Essa escrita é parte fundamental do texto – nossa cultura - mas não é o texto. Logo, o

entendimento da escrita alfabética só acontecerá efetivamente se considerarmos os outros sistemas semióticos e suas possíveis conexões. É pelo entendimento da dinâmica cultural que avançaremos na ampliação do campo dos sentidos. Assim, a revisão do conceito de alfabetização é requisito básico para o desenvolvimento não só das escritas contemporâneo-eletrônicas, como também para a escrita alfabética, ou seja, uma escrita em expansão (MACHADO, 1996).

Um dos pontos importantes na compreensão do conceito de alfabetização é entender o processo de culturalização. Como se viu, a cultura vem sofrendo modificações provenientes de processos sógnicos. Logo, é necessário compreender “o mundo como linguagem, que se manifesta em variadas formas de comunicação e em domínios igualmente diversificados” (MACHADO, 2003, p. 26).

Na cultura, interagem diferentes sistemas de signos (literatura, religião, mito e folclore, cinema, etc.) que estão conjugados numa determinada hierarquia: um texto. Não seria uma acumulação desordenada de pequenos textos, mas, sim, um organismo complexo em que os códigos se encontram hierarquicamente organizados. Som, imagem, movimento, textura, cheiro, paladar não são meras extensões dos órgãos dos sentidos. São:

Elementos complexos resultantes de um processo semiótico, resultam da ação produtora de transformação de signos (...) os textos audiovisuais são exemplares nesse sentido, uma vez que seus exemplares são sistemas semióticos (MACHADO, 2003, p. 156).

Todo o texto da cultura é codificado por dois sistemas diferentes, pelo menos. Machado (2003, p. 39) lembra que “os sistemas culturais são textos não porque se reduzem à língua mas porque sua estruturalidade procede da modelização a partir da língua natural” .

A língua natural é um sistema modelizante primário. A partir dela, é possível entender outros sistemas da cultura: os sistemas modelizantes secundários. Logo, modelizar é construir sistemas de signos a partir de um modelo da língua natural. “Contudo, cada sistema desenvolve uma forma peculiar de linguagem e, no processo de descodificação do sistema modelizante não se volta para o modelo da língua, mas para o sistema que a partir dela foi construído” (MACHADO, 2003, p. 50).

Nesse sentido, não podemos conceber os sistemas de cultura como isolados, independentes, acabados. Um texto da cultura só pode existir na sua relação com outros textos; um depende do outro para a sua organização. O conceito de alfabetização na atualidade passa pelo entendimento dessa dinâmica, ou seja, de como os códigos estão conectados, enredados.

A capacidade de compreender os sistemas semióticos depende do conhecimento dos códigos culturais que fazem parte desses sistemas.

Segundo Machado (2003), para ser alfabetizado no contexto atual torna-se necessária para o conhecimento dos códigos culturais. Como os códigos culturais não são sistemas isolados, conhecê-los e lê-los é uma tarefa difícil. É isso que a alfabetização atualidade se propõe a fazer: num primeiro momento, enxergar que a cultura é constituída pelo entrelaçamento de códigos e, num segundo, compreender os sistemas semióticos como produtos da culturalização.

Apesar de os cursos de Pedagogia propiciarem leituras de autores como Vygotsky, Luria, Ferreiro, as concepções de linguagem presentes, na escola, ainda não possibilitam uma discussão que ajude a construção de uma alfabetização na atualidade. Sabemos que esses autores apostam numa visão de homem que não só se constitui pela/na linguagem, mas, ao constituir-se, produz e modifica a linguagem: “O homem se apropria do mundo estudando a língua, decifrando o texto, relativo e traduzindo-o em uma língua que lhe é acessível” (MACHADO, 2002b, p. 168). Somos seres culturais que nos apropriamos do mundo e o transformamos em texto. Como mecanismo que conjuga variados códigos, “capazes de transformar as mensagens recebidas e de gerar novas mensagens. Isso quer dizer que um texto não é um recipiente passivo de tudo o que vem do exterior” (MACHADO, 2003, p.169).

As linguagens não podem se esgotar no oral e no escrito, da mesma forma que o conceito de “texto” não se esgota no oral e na escrita. Tudo isso reforça a idéia de que a palavra escrita é parte da multiplicidade de linguagens que temos hoje. Portanto, o conceito de alfabetização ampliasse, porque lemos não só as palavras, como também as imagens, os sons que, muitas vezes, acompanham as imagens, enfim as diferentes linguagens.

Apesar de os conceitos de leitura terem mudado, nesses últimos tempos, o ato de ler permanece ainda mais vinculado à palavra escrita. Quando pensamos num “bom” leitor, consideramos a sua capacidade de ler textos verbais. Ler é mais do que isso, é um “processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (MARTINS, 1996, p. 30). Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação, igualmente histórica, entre o leitor e o que é lido. Este trabalho envolve tanto o conhecimento prévio dos signos e seu funcionamento, quanto o conhecimento do leitor sobre o assunto abordado no texto.

Pensar em um único conceito de alfabetização, adequado a qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer momento é impossível. Dependendo das crenças, dos valores, do contexto social, teremos diferentes conceitos. Assim, a definição do que é ser alfabetizado depende das necessidades e condições sociais presentes em determinado momento histórico de uma sociedade e cultura. Além disso, em cada espaço social, as práticas de leitura e escrita são diferentes, ou seja, dependendo dos papéis sociais assumidos pelas pessoas, teremos demandas funcionais de leitura e

escrita muito diferentes. Logo, torna-se difícil definir um único conjunto de habilidades e conhecimentos que constitua o que é ser alfabetizado hoje. (SOARES, 2003).

Não me parece que possamos chegar a uma conclusão única do que é ser alfabetizado hoje. No entanto, alguns aspectos que fazem parte desse processo merecem ser lembrados:

- Conscientização de que a escrita é um sistema em expansão;
- Identificação dos sistemas semióticos que compõem o texto cultural;
- Reconhecimento das diferenças entre códigos – distinção de linguagens;
- Produção de textos verbais e audiovisuais;
- Conhecimentos das máquinas que produzem textos audiovisuais: como funcionam e como organizam seus códigos;
- Reconhecimento de que esse processo exige aprendizagem sistematizada – alguém tem que ensinar;
- Percepção da cultura como um grande texto, tecido pelos sistemas semióticos, e que a escrita alfabética é apenas um desses sistemas;
- Percepção de que os sistemas semióticos que compõem a nossa cultura estão conectados, enredados;
- Percepção de que a oralidade, a escrita impressa e a escrita eletrônica não são momentos distintos de um processo em evolução.

Referências Bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal* (Trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem* (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Hucitec, 1995.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua* (trad. Mario Laranjeira). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & lingüística*. São Paulo: Scipione, 1990.

FERREIRO, Emilia. *Passado e presente dos verbos ler e escrever*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Edit. S.A, 1989.

HAVELOCK, Eric A . *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais* (trad. Ordep José Serra) São Paulo: Ed. UNESP e Paz e Terra, 1994.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Editora Parábola, 2003.

LOTMAN, Yuri. *Estética e semiótica do cinema*. Lisboa: Ed. Estampa, 1978.

_____. *La semiosfera I – Semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Ed. Frónesis Cátedra, 1996.

LURIA, A R. *Pensamento e linguagem* (trad. Sérgio Spritzer). Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MACHADO, Irene A. A língua entre as linguagens: Expansão da escrita no confronto de múltiplas escrituras. In: *Anais do XI Encontro Nacional de professores de português das ETF's, EAF's e CEFET's*. Natal: MEC, 1996.

_____. Texto & Gêneros: Fronteiras. In: *Espaços da linguagem*. São Paulo: Ed. Humanitas, 1999.

_____. Gêneros no contexto digital. In: *Interlab: labirintos do pensamento contemporâneo* (Lucia Leão, org.). São Paulo. Fapesp – Iluminuras, 2002a. p.68 a 74.

_____. “Semiótica como teoria da comunicação”. In: *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. (Maria Helena Weber, org.). Porto Alegre: Sulinas, 2002b. p. 162-174.

_____. *Escola de semiótica: A experiência de Tártu-Moscou para o Estudo da Cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, M. K. de. *Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1998.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita* (Trad. Enid Abreu Dobránszky). Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

SARAMAGO, J. *A jangada de pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

VYGOTSKY, L.S.. *Formação Social da Mente* (Trad. José Cipollo Neto, Luis Silverio Menna Barreto e Solange Castro Afeche). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

NOTAS

ⁱ Ações conscientemente controladas, atenção voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, comportamento intencional são ações tipicamente humanas e são consideradas funções psicológicas superiores. Essas funções se diferenciam de mecanismos mais elementares, como reflexos, reações automáticas e associações simples. As funções mentais superiores são construídas ao longo da história social do homem e envolvem, necessariamente, relações entre o indivíduo e o mundo, que não são diretas, mas mediadas pela cultura.

ⁱⁱ Estou me reportando aos trabalhos realizados por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

ⁱⁱⁱ A concepção construtivista defende a importância da relação entre os indivíduos e o ambiente, na construção dos processos psicológicos. Nessa concepção, o ser humano deve ser considerado um construtor ativo, que participa da construção do seu conhecimento, não sendo mero produto do meio ambiente e nem tampouco um simples resultado de seus mecanismos de maturação/estruturas internas. O desenvolvimento da inteligência, numa visão construtivista, é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o seu meio ambiente. Nesse sentido, o conhecimento é construído na interação, em que a ação do sujeito é mediada pelo outro, por meio da linguagem.